





No caminho da recuperação

Avanço das reformas, instituições em pleno funcionamento e um posicionamento mais maduro no cenário internacional colocam o Brasil na rota do crescimento em 2018

O que 2018 reserva para o Brasil?

"N ão existe uma resposta única e simples para esta pergunta", responde Pedro Melo, sócio da KPMG no Brasil. "Mas é certo que o País ingressou na direção correta das reformas. Uma delas, a trabalhista, já é uma realidade. Além disso, há elementos importantes a serem entregues, dentre os quais a reforma da previdência é a mais imediata. Quando esta se somar à agenda de microrreformas que já estão em andamento, a economia brasileira ganhará fôlego", avalia, otimista.

Porém, uma estabilização de crescimento só virá com a implementação efetiva de uma agenda mais intensa, na opinião de Melo, "Falo da necessidade de mais reformas estruturais, tais como as reformas fiscal e política, que devem

se tornar uma realidade apenas em 2019, ou até mais adiante", ele analisa.

As análises de Melo são corroboradas pelas do cientista político norte-americano Christopher Garman, diretor da Eurasia Group, maior consultoria de riscos políticos do mundo. "Estamos saindo da crise e as bases dessa recuperação estão fortemente vinculadas ao combate ao déficit fiscal", ele avalia, elencando como medida primordial o estabelecimento do teto de gastos e as reformas para melhorar o ambiente de negócios, sem as quais torna-se quase impossível atrair novos investimentos. "Mas as reformas efetuadas até aqui não são suficientes", ele afirma. "A dívida brasileira ainda é muito alta, e se a agenda de reformas não se concretizar, as expectativas vão por

água abaixo. Dar ou não continuidade a uma agenda de reformas que possa atacar a crise fiscal é um dos grandes desafios que aguardam o próximo presidente, que será eleito no final de 2018. Além disso, devemos ter em mente que, independentemente do que possam dizer as pesquisas de intenção de voto e apesar das inevitáveis promessas de campanha, aquele que sair vitorioso das urnas precisará encaminhar as reformas, sob pena de ter de governar um país estagnado”, pontua, enfaticamente.

Ainda sobre as eleições, Garman destaca que o eleitor médio diminuiu bastante sua confiança em relação à classe política. Escândalos e denúncias arrefecem o ânimo dos brasileiros que, em menos de um ano, terão de escolher seus representantes nos âmbitos estaduais e federal. “Um candidato reformista tende a ganhar, mas a revolta contra a classe política deixa essa eleição menos previsível. A eleição será marcada por uma competição pelo voto

antiestablishment e, nessa disputa, candidatos menos reformistas podem ser competitivos”, declara o especialista.

Segundo Garman, além de avançar nas reformas, é fundamental que o presidente Michel Temer e seu sucessor – ou sucessora – também tomem medidas de abertura em vários setores, ampliem os investimentos em energia e infraestrutura (confira reportagem sobre o Programa de Parcerias de Investimento na página 18), acenem com melhores expectativas de retorno financeiro para o setor privado e incentivem uma retomada mais enérgica do crescimento econômico. “Mas, certamente, o Brasil já vive uma virada importante e 2018 deve ser um ano que dará continuidade a essa agenda, a despeito da eleição”, ele opina

Governança e transparência

A Operação Lava Jato foi deflagrada em março de 2014. Desde então, já foram cumpridos mais de mil mandados de busca e apreensão e de condução coercitiva; efetuadas 192 prisões e aplicados quase 1.400 anos em penas, que variam do regime aberto ao fechado.

Somado aos impactos causados pela Operação, que a Polícia Federal considera como a maior investigação de corrupção da história do País, houve, em 2015, o afastamento e o posterior *impeachment* de Dilma Rousseff, que cumpria seu segundo mandato como Presidente da República. Além disso, em dezembro de 2015, a agência de classificação de risco Fitch rebaixou a nota do Brasil e tirou o grau de investimento do país; em fevereiro de 2016, o mesmo foi feito pela Agência Moody's.



“Foram situações extremamente desafiadoras para o país”, reconhece Garman. “Acredito que os problemas tenham servido como um alerta importante em relação à nossa necessidade de aprimorar os mecanismos de gestão pública e privada e, também, de buscar uma maior transparência”, pondera Pedro Melo. “A legislação tem avançado muito, inclusive com a adoção de novas práticas contábeis alinhadas às melhores práticas e regras internacionais. O aprimoramento virá com o exercício prático da transparência e com o engajamento da sociedade na busca por melhores retornos pelos impostos pagos”, ele assinala.

Para André Coutinho, sócio da KPMG no Brasil, “os programas de *compliance* são, mais do que nunca, essenciais para que haja a proteção à imagem e à reputação das corporações. “Acredito que a mudança no ambiente de negócios no Brasil, com uma drástica diminuição da corrupção, passa necessariamente pela maior conscientização de conselheiros e executivos das empresas quanto ao seu protagonismo neste tema”. E acrescenta: “é bastante perceptível a relevância e a elevação de atividades nas empresas e isso não pode arrefecer. Estamos no início da jornada”.

Cenário promissor

Christopher Garman ressalta que o cenário global é benigno ao Brasil e avalia como positivas as mudanças efetuadas pelo governo Michel Temer na condução da política externa. “Nos governos anteriores, o foco era o estreitamento das relações diplomáticas e comerciais com outros países latino-americanos e com os BRICs”, comenta o diretor da Eurasia Group. “Mas, desde 2016, estamos priorizando mercados mais maduros, como os da Europa e Estados Unidos. Isso é positivo. Porém, não



Christopher Garman, diretor da Eurasia Group

podemos ignorar que uma agenda protecionista está ganhando força em vários desses países desenvolvidos, e é fundamental que o Brasil esteja atento a essa movimentação, mantendo-se competitivo e apto a fazer frente a esses desafios”, analisa.

E, quando se fala em competitividade, dois aspectos não podem ser esquecidos: a regulação e a segurança jurídica.

“Felizmente, houve avanço também nesses quesitos”, confirma Garman. “O custo Brasil permanece elevado, em virtude de seu complexo cabedal jurídico e da carga tributária elevada”, ele reconhece. “Trata-se de um custo estrutural e é importante destacar que a reforma trabalhista foi significativa nesse sentido; seu teor ainda está sendo debatido na Justiça, mas a flexibilização foi fundamental”.

Ainda de acordo com o cientista político, é essencial que tanto o



Dar ou não continuidade a uma agenda de reformas que possa atacar a crise fiscal é um dos grandes desafios que aguardam o próximo presidente





O País tem, agora, uma possibilidade real de enfrentar suas dificuldades. Apesar da crise, nossas instituições continuam funcionando. O próximo ano tem seus riscos, porém a melhor aposta é que o Brasil sairá de 2018 dando continuidade a uma agenda histórica de reformas



governo atual quanto aquele que o suceder trabalhem pela implantação de uma nova estrutura de governança para as empresas estatais, com bases mais técnicas e menos políticas. “Também é indispensável que se mantenha, e até se expanda, a agenda de privatizações, e que a nova lei de recuperação judicial de empresas e de falências seja aprovada e sancionada o quanto antes, pois ela permitirá a várias companhias que estão em dificuldades sair do processo de

recuperação, tomar crédito e voltar a crescer”, afirma.

Outro aspecto destacado por Garman é que o crescimento da economia resultará na reabsorção da mão de obra ociosa – hoje, cerca de 12,5% da População Economicamente Ativa (PEA), ou 13 milhões de brasileiros, estão desempregados. “Não é um processo rápido, mas este pode se acelerar graças às flexibilizações proporcionadas pela reforma trabalhista”, ele destaca.

“Entendo que o Brasil está numa fase bem peculiar: de um lado, os investidores externos estão enxergando um potencial de oportunidades de negócios muito atraentes; de outro, temos uma crise fiscal que precisa ser atacada para que essas oportunidades não se percam”, considera Garman. “Mas o fato é que o País tem, agora, uma possibilidade real de enfrentar essas dificuldades. Além disso, temos de reconhecer méritos, como o da força das instituições brasileiras, que continuam a funcionar plenamente e a contento, apesar da crise. Sem dúvida o futuro tem seus riscos, porém a melhor aposta é que o Brasil sairá de 2018 dando continuidade a uma agenda histórica de reformas”, ele conclui. ■

